

ABORDAGENS PACIFISTAS À RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: UM PANORAMA SOBRE O PACIFISMO PRAGMÁTICO

Gilberto Carvalho de Oliveira

gilbertooliv@gmail.com

Professor-Adjunto de Relações Internacionais e Política Externa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil). Doutor em Relações Internacionais - Política internacional e Resolução de Conflitos, Universidade de Coimbra. Seus interesses de investigação concentram-se na área dos Estudos da Paz e dos Conflitos e Estudos Críticos de Segurança, com ênfase nos seguintes temas particulares: operações de paz, crítica à paz liberal, transformação de conflitos, economia política das "novas guerras", ação estratégica não violenta, teoria da securitização, teoria crítica das relações internacionais, conflito civil na Somália, articulação entre política externa, segurança e defesa no Brasil.

Resumo

O artigo explora as abordagens pacifistas à resolução de conflitos, dentro da sua vertente pragmática, isto é, dentro da vertente que justifica a norma pacifista com base na sua eficácia estratégica e não no sistema de crenças dos atores. O artigo propõe, inicialmente, uma conceptualização do pacifismo e da não-violência, procurando destacar de que forma esses conceitos se interrelacionam e de que modo eles se integram ao campo da resolução de conflitos. Partindo dessa base conceptual, o artigo concentra-se no exame das abordagens pacifistas pragmáticas, destacando as suas bases teóricas, as suas técnicas e métodos de ação e os principais desafios futuros dessa agenda de investigação.

Palavras-chave

Não-violência, Pacifismo pragmático, Poder das pessoas, Resolução pacífica de conflitos

Como citar este artigo

Oliveira, Gilberto Carvalho de (2016). "Abordagens pacifistas à resolução de conflitos: um panorama sobre o pacifismo pragmático". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 7, N.º 1, Maio-Outubro 2016. Consultado [online] em data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol7_n1_art1

Artigo recebido em 26 de Janeiro de 2016 e aceite para publicação em 15 de Fevereiro de 2016



ABORDAGENS PACIFISTAS À RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: UM PANORAMA SOBRE O PACIFISMO PRAGMÁTICO

Gilberto Carvalho de Oliveira

Introdução

Pode-se dizer que o pacifismo se define por uma norma essencial: *perante os antagonismos interpessoais, intercomunitários ou interestaduais, adote um comportamento social não violento*.¹ Se durante um longo período, o interesse acadêmico pela norma pacifista permaneceu praticamente restrito a um pequeno nicho da agenda de investigação dos Estudos da Paz, a recente onda de campanhas não violentas – como as revoluções pacíficas da chamada “Primavera Árabe” – tem renovado o interesse pelas bases normativas e teóricas e pelas práticas envolvidas nessas manifestações de “poder das pessoas”.² Isto tem colocado o pacifismo e a não-violência no centro das atenções de acadêmicos dos mais diversos domínios disciplinares, como a Ciência Política, as Relações Internacionais, os Estudos de Políticas Públicas e outras áreas de saber (Hallward e Norman, 2015: 3-4). Enquanto esse interesse renovado traz como consequência positiva a ampliação dos horizontes de reflexão e o envolvimento mais produtivo de estudantes, acadêmicos, ativistas e formuladores de políticas com esse tipo particular de mobilização pacífica, diversas questões continuam a desafiar aqueles que buscam uma compreensão compatível com a complexidade e as nuances que envolvem o tema, tais como: como conceptualizar o pacifismo e a não-violência? De que forma esses dois conceitos se interrelacionam? De que modo esses conceitos se integram ao campo da resolução de conflitos? Quais são as suas bases teóricas, as suas lógicas de funcionamento, as suas técnicas e os seus métodos de aplicação? Quais são as suas possibilidades e limitações?

O propósito deste artigo é explorar essas questões dentro da vertente pacifista que procura justificar a ação não violenta com base na sua eficácia estratégica e não nos princípios espirituais e morais que moldam as crenças e convicções dos atores. Com esse propósito em mente, a primeira seção examina o pacifismo dentro de um amplo espectro de posições, que varia de um polo baseado em princípios até um polo mais pragmático, procurando, em seguida, situar as abordagens pacifistas dentro do campo da resolução de conflitos. A partir daí, o artigo concentra-se no polo pragmático do espectro, examinando as bases teóricas que sustentam o pacifismo pragmático (segunda seção), tipificando a técnica da ação não violenta e os principais métodos através dos quais ela pode ser aplicada (terceira seção) e, finalmente, examinando os

¹ Para uma discussão mais elaborada dessa norma pacifista, de um ponto de vista sociológico, ver Galtung (1959).

² “People power”, conforme a expressão originalmente usada para descrever a mobilização maciça da população civil no processo que levou à queda do ditador Ferdinando Marcos nas Filipinas em 1986. Desde então, essa expressão passou a ser genericamente empregada para rotular o ativismo da população civil em ações políticas não violentas (Ackerman e Kruegler, 1994: i).



desenvolvimentos mais recentes e os principais desafios futuros dessa agenda de investigação (quarta seção).

O Espectro Pacifista e a Resolução de Conflitos: Uma Delimitação Conceptual

O pacifismo, conforme anteriormente mencionado com base nas indicações de Galtung (1959), define-se por uma norma essencial: *perante os antagonismos interpessoais, intercomunitários ou interestaduais, adote um comportamento social não violento*. Dessa perspectiva, o comportamento social não violento – ou a não-violência – constitui o próprio núcleo conceptual do pacifismo. Mas o que se quer dizer com não-violência? Embora o debate em torno da não-violência produza uma multiplicidade de pontos de vista, algumas definições podem ser aqui destacadas, a fim de se chegar a uma delimitação conceptual que sirva aos propósitos analíticos deste artigo. Gene Sharp, por exemplo, desaconselha o uso do termo “não-violência” por considerá-lo vago, ambíguo e portador de uma carga de passividade que não se coaduna com a natureza ativa do que ele prefere chamar de “ação” ou “luta” não violenta. Desse modo, Sharp oferece a seguinte definição:

A ação não violenta é um termo genérico que cobre uma variedade de métodos de protesto, não cooperação e intervenção. Em todos esses métodos, os que se colocam na posição de resistência conduzem o conflito executando – ou deixando de executar – determinados atos, recorrendo a diversos meios, exceto à violência física. (...) De nenhum modo, a técnica da ação não violenta é passiva. A ação é que é não violenta. (Sharp, 2005: 39, 41)

Kurt Schock provê uma definição com elementos semelhantes, mas enfatiza o caráter não institucional da ação não violenta, argumentando que ela opera fora dos canais políticos oficiais e institucionalizados (2003: 6). Outros autores, como Randle (1994), Stephan e Chenoweth (2008) e Roberts (2009), seguem o mesmo caminho, articulando o conceito de ação não violenta com o conceito de resistência civil, a fim de destacar a sua natureza civil e não institucional. Dessa perspectiva, a ação não violenta caracteriza-se por ocorrer fora das estruturas e organizações políticas convencionais do estado (Randle, 1994: 9-10), pelo seu caráter não militar ou não violento e pela centralidade da sociedade civil na articulação e condução das ações (Stephan e Chenoweth, 2008: 7, 9; Roberts, 2009: 2). Dentro da mesma linha, Atack (2012: 7-8) observa que a ação não violenta funciona como uma ação política coletiva, conduzida por cidadãos comuns e organizada diretamente através de grupos da sociedade civil ou de movimentos sociais.

O que se pode notar, com base no trabalho desses autores, é um claro esforço de dar uma autonomia conceptual à não-violência. Nesse sentido, eles procuram não só enfatizar o caráter estratégico-pragmático da ação não violenta, mas também desvincular as suas perspectivas particulares das bases espirituais e morais do chamado pacifismo de princípios que caracteriza os movimentos de não-resistência cristãos e encontra no ativismo de Mahatma Gandhi e Martin Luther King as suas ilustrações mais



icônicas. Há autores, porém, que questionam essas tentativas de estabelecer fronteiras rígidas entre a ação não violenta e o pacifismo, alegando que ambos os termos pertencem a um mesmo espectro contínuo de posições que varia de um polo baseado em princípios até um polo mais pragmático. Dessa perspectiva, o pacifismo e a ação não violenta não se distinguem substancialmente e devem ser vistos dentro da mesma tradição de pensamento. Cady (2010: 79-92), por exemplo, considera que as preocupações pragmáticas da ação não violenta constituem um dos polos do espectro pacifista e oferecem uma orientação valiosa para guiar o ativismo pacifista na direção do que mais lhe falta: uma clara visão positiva da paz. Do seu ponto de vista, em vez de ficar preso ao polo negativo desse espectro, onde as considerações ideológicas mantêm o ativismo pacifista preso à mera negação da guerra, o pacifismo deve aproximar-se do seu polo mais pragmático, onde podem ser encontradas opções e alternativas mais positivas aos meios militares e ao uso da força. Uma visão positiva do pacifismo, segundo Cady, “tem que oferecer um ideal geral para orientar os objetivos das ações e, ao mesmo tempo, os métodos particulares através dos quais esse ideal é implementado” (2010: 83). Desse modo, prossegue Cady, o amplo leque de métodos identificado por Gene Sharp – todos não violentos, passíveis de serem adotados pela sociedade civil e capazes de confrontar as instâncias locais, nacionais e internacionais de poder – podem contribuir para que se tornem realísticos os objetivos de abolição da guerra, da opressão e das injustiças sociais que alimentam a tradição do pacifismo de princípios.

Uma importante consequência dessa visão espectral do pacifismo, segundo Cady, é que ela admite uma pluralidade de posições; assim, se é possível defender a vida como um valor supremo e rejeitar a violência com base em princípios sobre o que é certo ou errado, o espectro pacifista mostra que é também possível fazer escolhas em bases pragmáticas, levando em conta não o que é absolutamente certo ou errado, mas o que é melhor ou pior em determinadas circunstâncias (2010: 83-84). Howes apresenta um argumento semelhante ao considerar que o atual sucesso do debate sobre a não-violência, em vez de romper com o pacifismo, oferece um importante caminho para realimentar e reformular o pacifismo dentro de uma vertente pragmática que leve em conta uma compreensão realística do registo histórico dos casos de ação não violenta enquanto alternativa ao uso da força militar e à guerra (2013: 434-435).

Os próprios autores que preferem o termo não-violência, em vez de pacifismo, reconhecem alguns aspetos que convergem para as interpretações acima. Em seu estudo sobre a não-violência, Hallward e Norman (2015: 5) reconhecem que aqueles que se envolvem na ação não violenta não fazem suas opções movidos por razões exclusivamente estratégicas, mas sim por uma mescla de princípios e pragmatismo, o que torna preferível evitar reducionismos e adotar uma abordagem mais abrangente e diversificada que considere a não-violência dentro de seus vários contornos e contextos. Attack (2012: 8-10), ao explorar a não-violência na teoria política, destaca que os principais ícones do pacifismo no Século XX, como Mahatma Gandhi e Martin Luther King, embora fortemente influenciados por suas tradições espirituais e éticas, conduziram suas campanhas não violentas movidos também por escolhas pragmáticas. Se essa sobreposição é verificada no ativismo pacifista, ela também ocorre entre aqueles que tentam defender a autonomia conceptual da ação não violenta. Segundo Attack (2012: 159), ainda que Sharp enfatize o caráter pragmático da ação não violenta, procurando afastá-lo da carga idealista contida no rótulo pacifista, algum



“pacifismo residual” permanece presente em suas obras, sustentando uma “preferência moral” pelas formas não-violentas de ação política. Segundo Atack, é difícil compreender o compromisso com a não-violência e a centralidade dessa preocupação na agenda de investigação dos teóricos pragmáticos da ação não violenta exclusivamente em termos das relações de poder, sem também levar em conta, ainda que de forma subjacente, o ímpeto moral pela não-violência provido pelo idealismo pacifista. Essa observação de Atack é importante porque indica que a agenda de investigação sobre a não-violência não deixa de estar ancorada, em última análise, numa preferência normativa derivada da tradição pacifista.

Podem-se tirar, dessa discussão, duas indicações importantes para a delimitação conceptual buscada nesta seção. A primeira é que, embora se verifique um crescente movimento de autonomização do conceito de não-violência, desvinculando-o da tradição do pacifismo, há também argumentos que permitem manter a ação não violenta sob o rótulo geral do pacifismo, acomodando as perspectivas mais idealistas e as mais pragmáticas dentro de um *continuum* de posições que ora se aproximam, ora se afastam e ora se sobrepõem dentro de um mesmo espectro conceptual. Isto implica em reconhecer que, embora a perspectiva pragmática ofereça importantes *insights* sobre as relações de poder envolvidas na ação não violenta, ela não deixa de fazer parte de um contexto mais abrangente onde a não-violência pode ser interpretada e praticada também por razões religiosas ou éticas e, mais importante ainda, por razões que mesclam todas essas motivações. Esta linha de argumentação permite uma visão mais abrangente, integrada e nuançada entre pacifismo e ação não violenta que justifica a adoção da expressão “abordagens pacifistas” como um rótulo geral que integra todo o espectro conceptual aqui examinado.

O segundo ponto importante nesta discussão diz respeito à particularização das abordagens pacifistas dentro do campo da resolução de conflitos. Nesse sentido, a questão central é compreender de que forma as abordagens pacifistas se diferenciam das abordagens tradicionalmente associadas ao campo da resolução de conflitos. Sobre este aspeto particular, não é apenas o caráter não violento das abordagens pacifistas que importa. Ainda que esse elemento definidor seja fundamental para diferenciar as abordagens pacifistas das abordagens que admitem o uso da força, é importante notar que outras abordagens à resolução de conflitos também se definem como não violentas. Por exemplo, as ferramentas de prevenção e *peacemaking* apresentam-se como alternativas diplomáticas – e, portanto, não violentas – voltadas para resolver as disputas antes que elas resultem em violência (diplomacia preventiva) ou para facilitar o diálogo, através da mediação ou da intervenção de terceiras partes, na condução de negociações que levem a um acordo de paz. Desse modo, embora a não-violência seja um elemento definidor necessário das abordagens pacifistas, ela não é suficiente para a sua particularização dentro do campo da resolução de conflitos como um todo, pois outras abordagens também podem ser definidas como não violentas. É preciso, portanto, buscar na discussão conceptual acima outros elementos que permitam refinar essa particularização.

Dois aspetos parecem cruciais nesse sentido. O primeiro é o caráter não institucional das abordagens pacifistas. As táticas das abordagens pacifistas, conforme mostram as definições anteriormente examinadas, nascem na sociedade civil e são conduzidas sob a forma de movimentos sociais fora do domínio da política convencional e dos canais institucionalizados do Estado, distinguindo-se, portanto, dos procedimentos oficiais e



diplomáticos de gestão de conflitos. O segundo aspeto tem a ver com as tensões e confrontações que caracterizam a "ação direta" das abordagens pacifistas. Conforme argumentam McCarthy e Sharp (2010: 640), as técnicas mais tradicionais e institucionalizadas de resolução de conflitos, como a negociação, a mediação, a intervenção de terceiras-partes, bem como os métodos que contribuem para o funcionamento efetivo dessas técnicas, geralmente evitam a confrontação, as sanções, as pressões e a ação direta que caracterizam o ativismo da ação não violenta. Ainda que algumas pressões pontuais possam ser aplicadas durante os processos oficiais de negociação, os métodos tradicionais de resolução de conflitos, como regra geral, são orientados para a convergência e a produção de um acordo de paz e não para a criação de tensões, confrontações, protestos, bloqueios, não-cooperação e resistência que fazem parte dos mecanismos de resolução de conflitos defendidos pelo ativismo não violento.

Pode-se dizer, enfim, que é o conjunto dos elementos examinados nesta seção – o compromisso ativista com a não-violência e a abdicação do uso da força militar, a mobilização da sociedade civil, o caráter não institucional, o uso dos canais não convencionais de atuação política e a lógica de ação direta como mecanismo de pressão e resistência – que delimita as abordagens pacifistas do ponto de vista conceptual, dando a elas um caráter diferenciado que permite o seu tratamento dentro de um bloco destacado das demais abordagens de resolução de conflitos. Quando se fala em abordagens pacifistas à resolução de conflitos, portanto, não se quer referir a um debate abrangente sobre a paz, aos modelos institucionais e às organizações para a manutenção da paz ou aos mecanismos estruturais de construção da paz e prevenção de conflitos, mas sim ao tipo particular de abordagem derivada do ativismo e das tradições de pensamento sobre o pacifismo e a não-violência.

Base Conceptual do Pacifismo Pragmático: A Teoria do Consentimento

Conforme defendido na seção anterior, as abordagens pacifistas formam um espectro contínuo de posições que admite não apenas pontos de vistas absolutos, mas também posições mais nuancadas, flexíveis e mescladas. Desse modo, embora este artigo seja estruturado em torno das referências e das questões centrais da tradição pragmática, isto não significa que os meios defendidos em cada abordagem devam ser vistos de forma isolada e independente. Na verdade, existe uma porosidade entre o pacifismo de princípios e o pacifismo pragmático, o que faz com que as suas técnicas e os seus métodos de resolução de conflitos sejam muitas vezes coincidentes, parcialmente coincidentes ou complementares. Portanto, quando se fala de abordagens pragmáticas, o que se altera, fundamentalmente, são as razões evocadas para justificar a norma pacifista e as estratégias defendidas para a sua aplicação. Para caracterizar essa diferenciação, as abordagens pragmáticas recorrem a argumentos políticos e à teoria das fontes de poder para compreender a lógica e a eficácia da não-violência.

Nesse sentido, Sharp (1973; 2005: 23-35) e outros autores, como Boulding (1999) por exemplo, partem da constatação de que o consentimento das pessoas condiciona a forma como o poder opera nas sociedades. Isto desafia, segundo Atack (2012: 109), as perspectivas mais tradicionais que enxergam o poder coercivo mais pesado, sob a forma da força militar ou de outras formas de violência institucionalizada, ou o poder material, sob a forma de riqueza económica ou acumulação de recursos, como as



expressões máximas ou únicas de poder que realmente importam. Ainda que se adote uma perspectiva pluralista, reconhecendo que diversas formas de poder operam na sociedade, os proponentes da não-violência pragmática consideram que a relação de consentimento constitui uma base significativa de poder popular que é capaz de desafiar todas as demais fontes de poder, sejam elas originadas, conforme enumera Sharp (2005: 29-30), na autoridade ou legitimidade dos governantes, nos recursos humanos à disposição dos governos, nas habilidades e nos conhecimentos, em fatores intangíveis como crenças e normas, nos recursos materiais ou no aparato coercivo institucional do Estado.

Num sentido semelhante, Boulding argumenta que o poder é complexo e multidimensional, podendo assumir pelo menos “três faces”. A face mais convencional é o “poder da ameaça” (*threat power*), expresso pela capacidade de aplicar a coerção através de mecanismos internos de imposição da lei e da ordem ou do aparato militar contra agressões externas. A segunda face assume a forma do “poder económico” (*economic power*); desse ângulo, o poder é função da distribuição da riqueza entre ricos e pobres e se define em termos de “produção e troca”. A terceira “face”, que Boulding chama de “poder integrador” (*integrative power*), é o “poder da legitimidade, da persuasão, da lealdade, da comunidade, etc.” (1999: 10-11). O que parece particularmente relevante para Boulding, convergindo de certo modo para o ponto de vista de Sharp, é que o poder não pode ser equacionado exclusivamente com base na violência e na coerção, ou nas capacidades económicas, mas deve ser visto, principalmente, em função da habilidade que as pessoas e os grupos sociais têm de se associar e estabelecer laços mútuos de lealdade. Dessa perspectiva, afirma o autor, “o poder da ameaça e o poder económico são difíceis de serem exercidos se não forem sustentados pelo poder integrador, isto é, se não forem vistos como legítimos” (1999: 11). O que é importante compreender, portanto, é que essas três faces coexistem e se inserem, embora em diferentes proporções, dentro de um quadro de forças que interagem e impactam o funcionamento dos sistemas de poder nas sociedades. Dentro desse quadro, o poder da ameaça não depende apenas da força do autor da ameaça, mas depende também da resposta do sujeito ameaçado, que pode ser expresso de diversas formas: submissão, desafio, contra-ameaça ou através do que Boulding chama de “comportamento desarmante” (*disarming behavior*), isto é, da incorporação do autor da ameaça dentro da comunidade dos sujeitos ameaçados, desfazendo a relação de inimizade. Esse último tipo de resposta é, segundo o autor, um dos elementos-chave da teoria da não-violência, pois abre uma importante via para a resolução pacífica dos conflitos. O poder económico também depende da interação entre as partes, sendo função não só do comportamento do “vendedor”, que pode concordar ou se recusar a vender, mas também da resposta do “comprador”, que igualmente pode avaliar os benefícios de comprar ou de rejeitar o consumo. Por fim, o poder integrador pode sustentar as outras formas de poder ou, no sentido contrário (e aí reside outro aspeto crucial para a teoria da não-violência), fazer com que o sistema de poder venha abaixo, negando-lhe a lealdade, questionando a sua legitimidade e retirando-lhe o apoio e a colaboração (1999: 10-12).

O que é crucial para esses autores – constituindo a assunção política básica das suas perspectivas sobre a resolução pacífica dos conflitos – é a noção de que o fluxo das fontes de poder pode ser restringido ou bloqueado pela população, sem a necessidade de recorrer à violência, bastando negar aos oponentes o seu consentimento ou a sua



colaboração. Se os grupos oprimidos repudiam a autoridade do oponente, retirando o seu apoio, recusando-lhe a colaboração e persistindo na desobediência, isto representa um grande desafio e um grande golpe a qualquer grupo social autoritário e opressor ou a qualquer sistema hierárquico que depende do apoio, da aceitação ou da sujeição dos grupos subordinados para sobreviver (Sharp, 2005: 29, 40; Boulding, 1999: 11). Para além disto, é importante notar que esse tipo de ação não violenta tende a desencorajar reações violentas, levando o oponente a “pensar duas vezes” sobre as consequências negativas de uma eventual repressão através do uso desproporcional da coerção, especialmente o uso da força física. Stephan e Chenoweth (2008: 11-12) observam que algumas dinâmicas favorecem o funcionamento dessa lógica estratégica de ação. Em primeiro lugar, a repressão a movimentos não violentos através do uso da força geralmente resulta “num tiro pela culatra”, pois leva a uma perda de apoio popular e à condenação interna e externa daqueles que recorrem à violência. Essa repressão leva a mudanças nas relações de poder, pois aumenta a solidariedade e o apoio doméstico às causas dos atores não violentos, cria dissidências na base interna de apoio ao oponente violento, aumenta o apoio externo aos atores não violentos, enquanto diminui esse apoio aos grupos violentos. A repressão violenta a grupos não violentos mostra, portanto, que a força física nem sempre é a arma mais eficiente à disposição dos grupos poderosos, o que leva Stephan e Chenoweth (2008: 12) a observarem uma segunda dinâmica resultante da ação não violenta: a abertura dos canais de negociação. Embora as pressões impostas pelo ativismo não violento desafiem os seus oponentes e coloquem em questão as suas fontes de poder, as possíveis repercussões negativas de uma reação violenta contra civis, que publicamente assumem um comportamento não violento, podem desencorajar o uso da força e mostrar ao oponente que a negociação oferece a melhor alternativa para se buscar uma solução para o conflito.

Há aí, em suma, uma lógica pragmática de resolução pacífica de conflitos que depende mais das interações estratégicas entre os grupos sociais que coexistem dentro de um determinado sistema de poder do que dos princípios que fundamentam as suas convicções religiosas e morais. O ponto chave para a vertente pragmática das abordagens pacifistas, portanto, é a ideia de que a prática da ação não violenta é possível e pode ser bem-sucedida na resolução do conflito entre opressores e oprimidos não porque suas fundações religiosas e éticas a legitimam, mas porque a “operacionalização dessa técnica é compatível com a natureza do poder político e a vulnerabilidade de todos os sistemas hierárquicos” que dependem, em última análise, do consentimento e da colaboração “das populações, dos grupos e das instituições subordinadas para o suprimento das suas fontes necessárias de poder” (Sharp, 2005: 23). Isto significa, por outras palavras, que a eficácia da ação não violenta resulta de uma lógica estratégica relativamente simples: negar ou bloquear, sem o uso da violência física, as fontes necessárias de poder do oponente, a fim de fortalecer a posição de poder dos grupos de resistência pacífica.

Técnicas e Métodos das Abordagens Pragmáticas

Sharp classifica a ação não violenta como uma técnica que pode ser aplicada através de um conjunto de métodos de protesto, não-cooperação e intervenção (2005: 49). Com base na análise de um amplo registo histórico, o autor observa que essa técnica não se



limita a conflitos internos e a contextos democráticos e que a sua eficácia não depende da "gentileza" ou da "moderação" dos oponentes, já tendo sido amplamente usada contra governos poderosos, regimes despóticos, ocupações estrangeiras, impérios, ditaduras e regimes totalitários. Entre os casos destacados por Sharp estão o boicote chinês aos produtos japoneses em 1908, 1915 e 1919; a resistência não violenta alemã contra a ocupação francesa e belga da região de Ruhr em 1923; a resistência não violenta dos indianos, sob a liderança de Gandhi, contra o império britânico nas décadas de 1920 e 1930; a resistência não violenta contra a ocupação nazista, entre 1940 e 1945, em países como a Noruega, a Dinamarca e os Países Baixos; a derrubada dos regimes ditatoriais de El Salvador e da Guatemala em 1944 através de uma breve campanha não violenta; as campanhas não violentas das décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos contra a segregação racial; a luta não violenta espontânea e a recusa de colaborar com os soviéticos na Checoslováquia, durante oito meses entre 1968 e 1969, logo após a invasão do Pacto de Varsóvia; as lutas não violentas por liberdade entre 1953 e 1991 conduzidas por dissidentes em países comunistas como Alemanha Oriental, Polônia, Hungria, Estônia, Lituânia e Letônia; as greves iniciadas pelo sindicato Solidariedade em 1980 na Polônia que resultaram em 1989 no fim do regime comunista polonês; os protestos não violentos e os movimentos de resistência em massa entre 1950 e 1990 que contribuíram para debilitar o regime de *apartheid* na África do Sul; a insurreição não violenta de 1986 que derrubou a ditadura de Ferdinando Marcos nas Filipinas; as lutas não violentas que levaram ao fim das ditaduras comunistas na Europa a partir de 1989; os protestos simbólicos de estudantes contra a corrupção e a opressão do governo chinês em 1989 em centenas de cidades do país (incluindo a Praça Tiananmen em Pequim); diversas campanhas não violentas e recusas de cooperação no contexto das guerras na região dos Balcãs ao longo da década de 1990 (Sharp 2005, pp. 16-18). Esses casos obviamente não esgotam os exemplos de ação não violenta do século passado e, conforme enfatiza Sharp, continuam a ocorrer na atualidade. As mobilizações populares gigantescas, a disciplina não violenta, o destemor e a velocidade dos eventos que colocaram fim às longas ditaduras na Tunísia e no Egito em 2011, dentro do que ficou conhecido como "Primavera Árabe", dão uma clara demonstração da atualidade do tema, contribuindo para impulsionar e renovar o interesse acadêmico pelo estudo da técnica da ação não violenta (Sharp, 2014).

Mas a técnica da ação não violenta, conforme alerta Sharp, não deve ser vista como "mágica" (2005: 43). Ela depende de objetivos bem definidos e de uma estratégia bem delineada para que seus resultados sejam efetivos. Sobre esse aspeto, Sharp argumenta que, embora algumas mobilizações não violentas comecem de forma espontânea e muitas vezes sejam conduzidas sem que um grande líder possa ser identificado, isto não significa que as ações não precisem de disciplina e que os grupos, mesmo sem lideranças individuais proeminentes, não precisem de alguma organização. Nesse sentido, um bom planejamento estratégico pode ser decisivo para o sucesso da ação não violenta. Reproduzindo o léxico militar, Sharp vislumbra quatro níveis no planejamento das ações: a "grande estratégia", que serve para coordenar e dirigir todos os recursos no sentido de alcançar os objetivos mais abrangentes da ação não violenta; a "estratégia", que se aplica a fases mais limitadas e à definição de objetivos mais específicos; a "tática", que se refere à condução das ações e envolve a escolha dos métodos mais apropriados para a confrontação dos oponentes; e os "métodos" em si, que se referem aos procedimentos e formas específicas de ação não violenta. Sharp enfatiza, também, a importância de um trabalho logístico voltado para apoiar a



condução da ação não violenta em termos de arranjos financeiros, transportes, comunicações e suprimentos. Segundo o autor, esse conjunto de preocupações permite concentrar e dirigir as ações no sentido dos objetivos desejados, explorar e agravar as fragilidades do oponente, fortalecer as potencialidades dos praticantes da ação não violenta, reduzir as vítimas e outros custos e fazer com que os sacrifícios envolvidos na ação não violenta sirvam aos principais objetivos da ação (Sharp, 2005: 444-446). Por outros termos, o planejamento estratégico deve ser capaz de fortalecer os grupos sociais mais fracos, enfraquecer o opressor e, com isto, construir relações de poder que levem a uma resolução mais equilibrada do conflito.

A fim de alcançar os melhores resultados na aplicação da técnica da ação não violenta, Sharp considera que a escolha dos métodos não deve ser feita *a priori*, mas sim no último estágio do planejamento. Para o autor, cada estratégia particular requer métodos específicos que devem ser escolhidos e aplicados de uma forma habilidosa e contribuir para atingir os objetivos definidos. Sem pretender esgotar todas as opções disponíveis, Sharp identifica pelo menos 198 métodos específicos que se adequam à técnica da ação não violenta (2005: 51-64). Esses métodos são agrupados pelo autor em três grandes classes: protesto e persuasão não-violenta; não-cooperação; e intervenção não violenta (ver alguns exemplos na tabela 1).

Tabela 1: Exemplos de métodos empregados na técnica da ação não-violenta

Protesto e Persuasão	Não-Cooperação	Intervenção Não Violenta
- Discursos públicos	- Boicote social	- Autoexposição a intempéries
- Manifestos assinados	- Greve estudantil	- Jejum
- Abaixo-assinados	- Desobediência civil	- Greve de fome
- <i>Slogans</i> , caricaturas, símbolos	- Busca de asilo	- Ocupação de locais públicos
- Bandeiras, cartazes, pichagens	- Emigração coletiva	- Ocupação de meios de transporte
- Folhetos, panfletos, livros	- Boicote ao consumo	- Interposição não violenta
- Discos, rádio, televisão	- Não pagamento de aluguel	- Obstrução não violenta
- Delegações	- Recusa em alugar	- Intervenção oral em eventos
- Grupos de pressão	- Boicote internacional	- Teatro de guerrilha
- Piquetes	- Greve de trabalhadores	- Criação de instituições sociais alternativas
- Ato de se despir em público	- Greve geral	- Criação de sistema de comunicação alternativo
- Pinturas de protesto	- Operação tartaruga ³	- Greve invertida (produção em excesso)
- Músicas de protesto	- Saque dos saldos bancários	- Ocupação de terra
- Gestos ofensivos	- Recusa em pagar taxas e impostos	- Desafio a bloqueios
- Perseguir ou ridicularizar pessoas importantes	- Recusa em pagar dívidas e juros	- Criação de mercados paralelos
- Vigília de protesto	- Bloqueio comercial internacional	- Criação de transportes alternativos
- Representações teatrais satíricas	- Boicote a eleições	- Congestionar sistemas administrativos
- Marchas e passeatas	- Boicote a empregos do governo	- Revelação da identidade de agentes secretos
- Luto político	- Recusa a colaborar com agentes de repressão	- Procurar ser preso
- Funerais simulados	- Não cooperar com o recrutamento militar	- Dupla soberania e governo paralelo
- Retirar-se de eventos em sinal de protesto	- Motins	
- Renúncia a títulos e honorarias	- Não cooperar com o governo	

Fonte: Sharp (2005: 51-64)

³ Tipo de greve branca, onde os funcionários trabalham com lentidão.



O que se observa, com base nessa síntese da perspectiva estratégico-pragmática de Sharp, é que os métodos da ação não violenta por ele tipificados não diferem substancialmente dos métodos empregados nos movimentos de resistência cristã e nas campanhas pacifistas lideradas por Gandhi e King. Ainda que o esforço de sistematização de Sharp deva ser considerado relevante, não são os métodos em si que particularizam a sua abordagem pragmática, mas sim a sua preocupação com as questões estratégicas e a desvinculação da técnica da ação não violenta das bases espirituais e morais que se encontram fortemente presentes no pacifismo de princípios. Desse modo, se Gandhi e King continuam a ser as referências clássicas e inspiradoras quando se pensa nas abordagens pacifistas à resolução de conflitos, é importante notar que as preocupações pragmáticas de Sharp e os crescentes esforços de dar à ação não violenta uma maior efetividade através do estudo dos seus princípios estratégicos são os aspetos que têm influenciado de forma mais significativa a atual onda de interesse pela não-violência e apresentado os maiores desafios para o desenvolvimento futuro dessa agenda de investigação.

Estágio Atual, Desafios Teóricos e Vias para Desenvolvimentos Futuros

Dentro da tradição pragmática, é importante observar que o trabalho inaugurado por Sharp tem sido desenvolvido por uma nova geração de académicos comprometidos com a revitalização do estudo da ação não violenta de um ponto de vista mais empírico e objetivo. Conforme Nepstad argumenta no prefácio de seu *Nonviolent Struggle: Theories, Strategies and Dynamics* (2015), o estilo de análise estratégica legado por Sharp e seguido por uma primeira geração de estudiosos da não-violência pragmática limitou-se a documentar e descrever casos históricos bem-sucedidos de movimentos não violentos e a tipificar a técnica e os métodos da ação não violenta. Esses trabalhos assumem, segundo Nepstad, um certo viés proselitista que procura convencer os leitores de que a não-violência funciona de forma estratégica em diversos casos históricos sem, contudo, preocupar-se com a documentação de casos malsucedidos ou com o teste das teorias da não-violência. O autor observa, porém, que um passo importante começa a ser dado nas últimas três décadas no sentido de desenvolver análises comparadas, abrangendo casos bem-sucedidos e malsucedidos, o que tem permitido identificar os fatores críticos envolvidos nos resultados alcançados pela ação não-violenta.

De facto, uma nova geração de investigadores tem proposto o uso de técnicas quantitativas combinadas com os estudos de caso no estudo da não-violência, tentando superar não só as críticas geralmente dirigidas ao idealismo da tradição baseada em princípios e à sua incapacidade de influenciar significativamente a ciência política, mas também ao carácter proselitista identificado por Nepstad na primeira geração de estudos da ação não violenta. Nesse contexto, o próprio Sharp tem-se dado conta das limitações da agenda pragmática e chamado a atenção para o facto de que um dos maiores desafios atuais é avançar os estudos empíricos, as análises, o planeamento e a colocação em prática da técnica da ação não violenta em condições extremas, tais como nos severos conflitos interétnicos onde seja difícil encontrar soluções de compromisso entre os grupos oponentes, nos regimes de exceção instaurados por golpes de estado, na resistência a agressões externas e na prevenção ou resistência às tentativas de genocídio (Sharp, 2014). Embora Sharp encontre na história diversos



exemplos de ação não violenta em situações como essas, ele considera que os sucessos foram parciais e que, muitas vezes, não atingiram seus objetivos mais abrangentes pela falta de planejamento estratégico e por uma falta de compreensão das relações de poder envolvidas na situação. Desse modo, o autor considera crucial a necessidade de aprofundar o estudo empírico sobre como tornar a ação não violenta mais efetiva nessas situações. Por envolver a resistência perante atos de extrema repressão, Sharp considera inclusive a hipótese de que a aplicação da técnica da ação não violenta talvez não seja adequada a esses casos. Para o autor, essa técnica não deve ser axiomáticamente assumida como superior em todas as situações e a viabilidade da sua aplicação deve ser estrategicamente avaliada, caso a caso, comparativamente com a adequabilidade do uso da força e os possíveis problemas gerados pela resistência através de meios violentos. Daí o desafio final apresentado por Sharp (2014): expandir a investigação acadêmica e a análise estratégica da ação não violenta, a fim de examinar e refinar a aplicabilidade dessa técnica nos conflitos gerados por golpes de estado, na defesa civil em substituição aos meios militares (dentro do que tem sido chamado de *civilian-based defense*) e em outras questões de segurança nacional.

Com essas preocupações em mente, a tradição pragmática tem impulsionado o estudo das abordagens pacifistas não só na direção de uma reavaliação empírica mais consistente sobre as teorias da não-violência de Gandhi e Martin Luther King, mas também de uma nova compreensão sobre como o potencial de poder e de mobilização da sociedade civil pode ser convertido em ferramenta de mudança social e política. Esse esforço, conforme destaca Howes, provê "novas bases e um robusto conjunto de razões para o pacifismo" que complementa e vai além das suas bases normativas tradicionais (2013: 438). Ao explorar a dimensão explanatória da não-violência, a tradição pragmática traz as expectativas da moralidade pacifista, algumas vezes exageradas, para um patamar mais realístico e compatível com as suas possibilidades e limitações concretas. Para além disto, essa nova geração contribui para a construção e o teste das teorias da ação não violenta a partir de uma base empírica mais consistente (Nepstad, 2015: prefácio). Essas preocupações têm-se tornado cada vez mais visível na obra de diversos autores que têm contribuído para dinamizar a atual agenda de investigação sobre a não-violência.

Entre esses autores, Ackerman e Kruegler (1994) destacam-se por dialogar diretamente com a obra de Sharp e por tentar refinar e testar a hipótese de que a adesão a alguns princípios estratégicos-chave (por exemplo, a definição de objetivos claros, a expansão do repertório de sanções não violentas, a consolidação do controlo estratégico das ações, a manutenção da disciplina não violenta e a exploração das vulnerabilidades de poder do oponente) fortalece a performance dos grupos de resistência e impacta de forma relevante os resultados da ação não violenta, qualquer que seja o contexto social e político da ação (1994: 318). Esse tipo de trabalho comparativo da ação não violenta em diferentes contextos pode também ser observado no trabalho de outros autores. Nepstad (2011, 2013), por exemplo, compara diversos casos bem-sucedidos e malsucedidos de ação não violenta com o objetivo de demonstrar não só o impacto das variáveis estratégicas nos resultados alcançados, mas também a influência de variáveis estruturais que fogem ao controlo direto dos grupos envolvidos na ação não violenta, como a autonomia ou a dependência económica do regime oponente, o grau de institucionalização partidária e coesão das elites governantes, as alianças e conexões internacionais do regime, o grau de benefícios



recebidos pelos militares e forças de segurança ou a percepção que os soldados têm sobre a força ou a fragilidade do regime. Em suas investigações, a autora mostra que embora as escolhas estratégicas da ação não violenta tenham um impacto importante nos resultados, as condições estruturais também importam, pois influenciam, por exemplo, na maior ou menor vulnerabilidade dos oponentes aos bloqueios, embargos e sanções internacionais, às divisões internas do regime ou à fidelidade ou amotinação da classe militar (2011: 6-9; 2013). Seguindo a mesma linha de análise comparada, Schock (2005) examina casos bem-sucedidos e casos fracassados de ação não violenta na produção de transformações políticas em países não democráticos. Com esse trabalho, o autor procura sustentar empiricamente o argumento de que as características dos movimentos pacíficos não podem ser isoladas das características políticas contextuais, pois as escolhas estratégicas e as condições contextuais interagem para moldar os resultados alcançados.

O trabalho conjunto de Stephan e Chenoweth (2008, 2011) também se enquadra nessa vaga de análises comparativas das mobilizações não violentas, procurando identificar os seus fatores de sucesso e de fracasso, mas propõem – e talvez aí resida a maior originalidade do trabalho – uma comparação entre a eficácia estratégica do uso da violência e da ação não violenta em conflitos entre atores estatais e não-estatais. Através da análise sistemática de uma base de dados de mais de 300 conflitos onde se observam resistências violentas e não violentas, ocorridos entre 1900 e 2006, as autoras procuram não só identificar os mecanismos causais que levam aos resultados alcançados, mas também comparar as suas conclusões estatísticas com casos históricos que experimentaram períodos de resistência violenta e não violenta. Com base nesse conjunto abrangente de análises, as autoras concluem que a ação não violenta é uma alternativa viável à resistência violenta, tanto contra oponentes democráticos quanto não-democráticos, mostrando-se capaz de desafiar os oponentes e influenciar a resolução do conflito num sentido que favoreça os grupos de resistência em 53% dos casos (contra apenas 26% observados nos casos de resistência violenta). Para Stephan e Chenoweth, essa conclusão desafia o senso comum que vê a resistência violenta como a forma mais efetiva de desafiar adversários convencionais superiores e atingir os objetivos políticos dos grupos oprimidos (2008: 8-9, 42-43).

Véronique Dudouet (2008; 2015) tem desenvolvido um esforço de pensar a resistência não violenta como um componente necessário da transformação de conflitos em situações onde se observam relações de poder assimétricas, principalmente nos estágios iniciais de conflitos latentes enraizados em violência estrutural. Segundo a autora, devido ao seu potencial de “empoderamento” popular, de pressão sobre o oponente e de obtenção da simpatia de terceiras-partes, a ação não violenta pode ser um instrumento útil nas mãos de comunidades marginalizadas e desprivilegiadas na busca de uma posição mais fortalecida a partir da qual o caminho para a negociação de concessões pode se tornar propício (2008: 19). Considerando a capacidade da ação não violenta para transformar as relações de poder e transformar as identidades através da persuasão, continua Dudouet, uma combinação de princípios e de preocupações pragmáticas pode fazer das abordagens pacifistas uma ferramenta importante de ação política capaz de atuar através de um duplo processo de diálogo e resistência: diálogo com o oponente mais poderoso com o objetivo de persuadi-lo sobre a justiça e a legitimidade das causas defendidas pelas partes mais fracas (conversão através de princípios) e a resistência às estruturas injustas de poder com o objetivo de pressionar



por mudanças sociais e políticas (foco mais estratégico). Ao investigar o conflito israelo-palestino (2008: 14, 16-19), Dudouet observa, porém, que as condições para a operação desse processo dialético tendem a ser dificultadas nos estágios mais avançados do conflito ou em situações que mostram um alto grau de polarização entre grupos oponentes quanto a aspetos não negociáveis. Nesses casos mais extremos, a autora considera que a ação não violenta, isoladamente, pode não ser efetiva na prevenção de mal-entendidos e na superação do ódio entre as partes, o que sugere por hipótese a necessidade de integrar a ação não-violenta dentro de uma estratégia transformativa de longo prazo que inclua múltiplas formas de intervenção, tais como a negociação, a mediação, a intervenção de terceiras-partes e outras técnicas tradicionais de *peacemaking* e *peacebuilding*. Para testar essa hipótese, a autora considera que investigações empíricas adicionais são necessárias para identificar pontos de contato e condições favoráveis à combinação da ação não violenta com outras formas tradicionais de intervenção em conflitos assimétricos⁴ e prolongados, não só pelas partes em conflito, mas também por partes externas interessadas em apoiar ou facilitar a complementaridade entre essas diferentes abordagens de resolução de conflitos (2008: 21).

O que é crucial observar a partir dessas indicações é que um novo horizonte de investigação se abre, tirando as abordagens pacifistas de um certo insulamento e inserindo-as dentro de um quadro mais abrangente, juntamente com as abordagens que, tradicionalmente, têm maior visibilidade no campo da resolução de conflitos. Esse caminho, porém, está apenas no início e requer investigações empíricas adicionais que permitam examinar um vasto leque de questões. Para além do aspeto anteriormente destacado quanto à necessidade de investigar as oportunidades e as condições favoráveis à combinação da ação não violenta com outras formas tradicionais de intervenção em conflitos assimétricos e prolongados, Dudouet (2008: 21) sugere novas questões: até que ponto a técnica e os métodos da ação não violenta podem desempenhar algum papel relevante nas situações de pós-conflito, no contexto das ações de *peacebuilding* e de consolidação democrática? Até que ponto a integração das técnicas de negociação e dos mecanismos tradicionais de resolução de conflitos nos programas de treinamento preparatórios para a ação não violenta pode contribuir para prevenir a polarização entre as partes e evitar que as conquistas da ação não violenta levem à emergência de novas versões das estruturas do antigo sistema? De que forma atores externos podem inspirar e encorajar a sociedade civil local a adotar a ação não violenta, sem que isto seja percebido como uma imposição de modelos externos ou como tentativas de “pacificar” os ativistas locais? Enfim, como se pode ver através dos desafios e do leque de questões sugeridos nesta seção, as abordagens pacifistas estão longe de ter chegado a um ponto de exaustão.

⁴ Embora a conceptualização de conflitos assimétricos seja complexa e alimente uma crescente agenda de investigação sobre o tema, pode-se dizer, de uma forma simplificada, que o elemento definidor central desse tipo de conflito é a diferença significativa de poder entre as partes. Conforme os editores do jornal científico *Dynamics of Asymmetric Conflict* afirmam em seu número inaugural, a tradicional guerra equilibrada entre forças militares organizadas e profissionais dos Estados tem-se tornado rara, dando lugar à violência assimétrica entre grupos estatais e não-estatais, tornando-se a forma predominante de conflitos no mundo atual. Ver: Editorial (2008) “Editors’ welcome to the inaugural issue of *Dynamics of Asymmetric Conflict*”, *Dynamics of Asymmetric Conflict*, 1(1): 1-5.



Conclusão

O propósito deste artigo foi apresentar um panorama geral das abordagens pacifistas, dentro da sua vertente pragmática. Nesse sentido, foram destacados os esforços de conceptualização e tipificação da ação não violenta empreendidos pela primeira geração de debate sobre o tema – centrada na figura de Gene Sharp – e alguns desenvolvimentos e desafios enfrentados por uma segunda geração de autores que se tem dedicado a refinar e testar hipóteses sobre a não-violência a partir de uma base empírica mais consistente. Ao olhar para esse amplo panorama, observa-se não só um claro deslocamento de foco das abordagens baseadas em princípios para as abordagens pragmáticas, mas também um esforço de ir além da assunção de que a ação não violenta é superior em qualquer situação e sob qualquer condição. Assim, mesmo quando os investigadores atualmente envolvidos com o estudo da não-violência recorrem às referências clássicas do pacifismo de princípios, como Gandhi e King, suas preocupações concentram-se mais na questão da efetividade do ativismo desses autores do que nos princípios religiosos e morais que fundamentam as suas abordagens. Interessa à atual geração de autores envolvidos com o pacifismo pragmático derivar das técnicas de Gandhi e King e da teoria do poder/consentimento da primeira geração do pacifismo pragmático hipóteses que possam ser testadas empiricamente. Esses recentes desenvolvimentos revelam uma atualidade, uma vitalidade e uma complexidade da agenda de investigação da não-violência que podem dar ao campo da resolução de conflitos uma contribuição prática e teórica renovada que vai além das caricaturas e dos estereótipos através dos quais as abordagens pacifistas têm sido tradicionalmente enxergadas.

Referências Bibliográficas

- Ackerman, P. and C. Kruegler (1994). *Strategic Nonviolent Conflict*. Westport: Praeger Publishers.
- Atack, I. (2012). *Nonviolence in Political Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Boulding, K. E. (1999). "Nonviolence and Power in the Twentieth Century". In S. Zunes, L. B. Kurtz e S. B. Asher (eds.) *Nonviolent Social Movements: A Geographical Perspective*. Oxford: Blackwell Publishing, 9-17.
- Cady, D. L. (2010). *From Warism to Pacifism: A Moral Continuum*. Philadelphia: Temple University Press.
- Chenoweth, E. e M. J. Stephan (2011). *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. New York: Columbia University Press.
- Dudouet, V. (2008). *Nonviolent Resistance and Conflict Transformation in Power Asymmetries*. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management.
- Dudouet, V. (2015). *Civil Resistance and Conflict Transformation: Transitions from Armed to Nonviolent Struggle*. Abingdon: Routledge.
- Galtung, J. (1959). "Pacifism from a Sociological Point of View". *Journal of Conflict Resolution*. 3(1): 67-84.



- Hallward, M. C. e J. M. Norman (2015). "Introduction". In M. C. Hallward e J. M. Norman (eds.) *Understanding Nonviolence*. Cambridge: Polity Press, 3-13.
- Howes, D. E. (2013). "The Failure of Pacifism and the Success of Nonviolence", *Perspectives on Politics*. 11(2): 427-446.
- McCarthy, R. M. e G. Sharp (2010). *Nonviolent Action: A Research Guide*. London: Routledge.
- Nepstad, S. E. (2011). *Nonviolent Revolutions: Civil Resistance in the Late 20th Century*. New York: Oxford University Press.
- Nepstad, S. E. (2013). "Mutiny and Nonviolence in the Arab Spring: Exploring Military Defections and Loyalty in Egypt, Bahrain, and Syria". *Journal of Peace Research*. 50(3): 337-349.
- Nepstad, S. E. (2015). *Nonviolent Struggle: Theories, Strategies, and Dynamics*. Oxford: Oxford University Press.
- Randle, M. (1994). *Civil Resistance*. London: Fontana Press.
- Roberts, A. e T. G. Ash (eds.) (2009). *Civil resistance and Power Politics: The experience of Nonviolent Action from Gandhi to the Present*. Oxford: Oxford University Press.
- Schock, K. (2003). "Nonviolent Action and its Misconceptions: Insights for Social Scientists". *Political Science and Politics*. 36(4): 705-12.
- Schock, K. (2005). *Unarmed Insurrections: People Power Movements in Nondemocracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Sharp, G. (1973). *The Politics of Nonviolent Action* (Vol. I – Power and Struggle; Vol. II – The Methods of Nonviolent Action; Vol. III – The Dynamics of Nonviolent Action). Boston: Porter Sargent Publishers.
- Sharp, G. (1994). "Foreword". In Peter Ackerman e Christopher Kruegler, *Strategic Nonviolent Conflict*. Westport: Praeger Publishers, ix-xiv.
- Sharp, G. (2005). *Waging Nonviolent Struggle: 20th Century Practice and 21st Century Potential*. Boston: Porter Sargent Publishers.
- Sharp, G. (2014). "Nonviolent Struggle: An Overview". In P. T. Coleman, M. Deutsch and E. C. Marcus (eds.) *The handbook of Conflict Resolution – Theory and Practice*. San Francisco: Jossey-Bass, 1045-1058.
- Stephan, M. J. e E. Chenoweth (2008). "Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict". *International Security*. 33(1): 7-44.